



# RELATO INSTITUCIONAL 2015

## **Relato Institucional 2015**

O presente documento foi desenvolvido com base nos dados colhidos pela CPA e pelos corpos técnico-administrativo e pedagógico do Instituto Baiano de Ensino Superior – IBES, frente aos parâmetros estabelecidos pelo SINAES/MEC. Levou-se em conta os documentos institucionais, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, as pesquisas da CPA e os processos avaliativos de Graduação realizados pelos avaliadores externos do INEP.

A CPA – Comissão Própria de avaliação – está constituída desde o ano de 2006 e atua em diversos processos avaliativos dos cursos (estrutura física avaliada por discentes, docentes e colaboradores; docentes pelos discentes; coordenadores pelos discentes; avaliação externa; clima organizacional e estrutura), verifica as solicitações da ouvidoria, ações do Conselho Acadêmico do Instituto e dos Colegiados dos Cursos. Ela está representada atualmente pelos seguintes membros nomeados através da Portaria 09 de março de 2015:

Quadro 1: Membro da CPA

<b>MEMBRO</b>	<b>SEGMENTO QUE REPRESENTA</b>
Cléria Gonçalves	Coordenadora da CPA
Renata Brito	Corpo docente
João Paulo Anjos França	Corpo discente
Alessandro da Silva	Corpo Técnico- Administrativo
Diego Santos Rodrigues	Corpo Egressos
Mariana Montoni	Sociedade Civil



## 1.Contextualização da IES

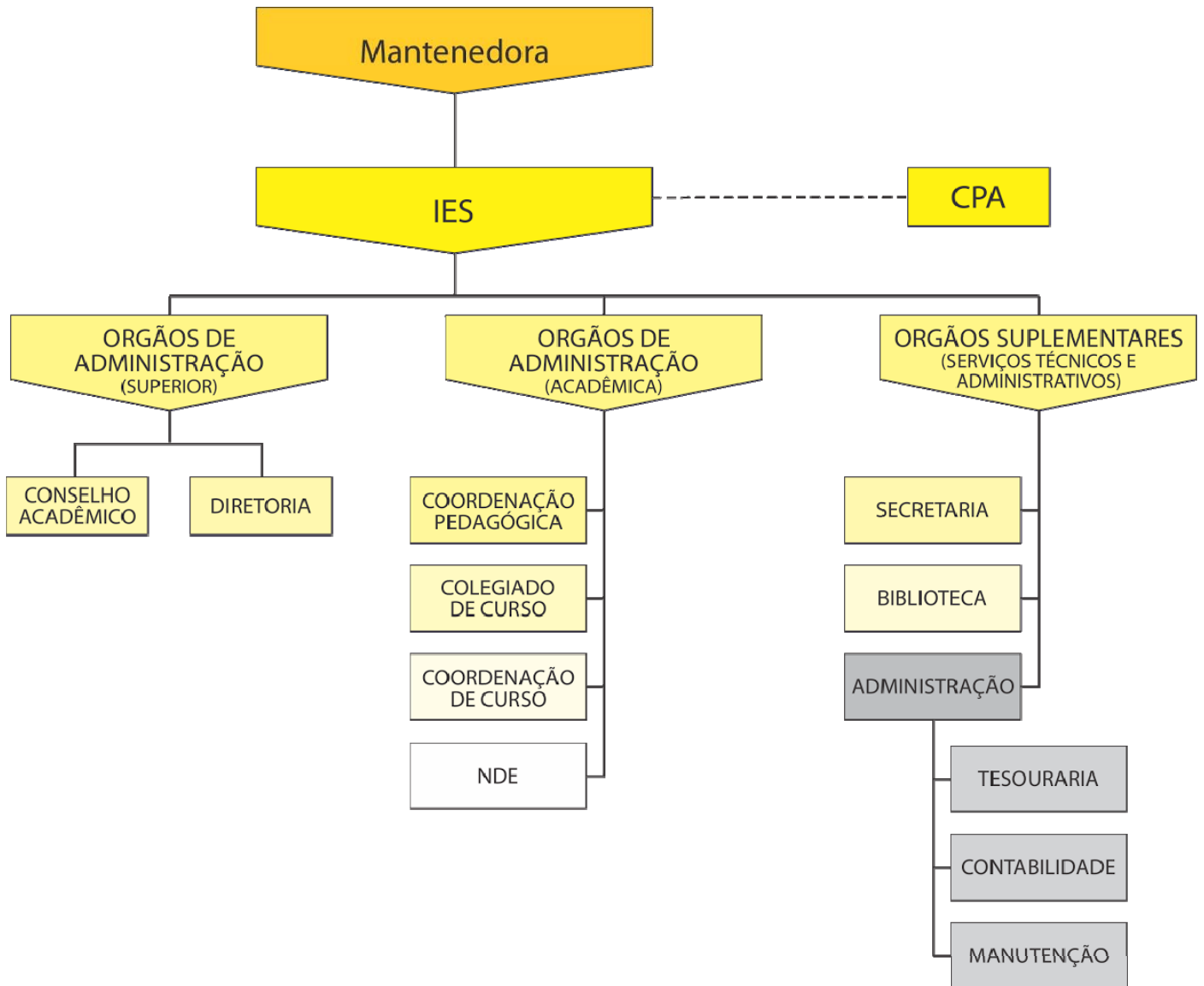
O Instituto Baiano de Ensino Superior – IBES tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sintetizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultura, política e econômica do estado e da região.

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação decurso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional da IES outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico- administrativa.

O Organograma é representado na página a seguir:



## 2. Histórico do Instituto

A Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada sob o nº CNPJ nº 06.099.229/0001-01, com sede na Avenida Paulista, nº 900, Bela Vista, São Paulo-SP, é uma sociedade civil com fins educacionais que foi criada em 15 de setembro de 1971, personalizando-se quando do registro de seus Estatutos no 4º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade de São Paulo.

Objetivando estimular setores produtivos e promover o conhecimento em programas de cursos nas diversas áreas do conhecimento, a ASSUPERO elaborou o projeto de credenciamento para regularizar o funcionamento do Instituto Baiano de Ensino Superior - IBES, criado em Assembleia Geral Extraordinária realizada pela mantenedora em 09/02/2001. Para sua instalação, concorreram vários fatores, como o progresso e o desenvolvimento sempre constantes na cidade de Salvador e a necessidade social das cidades da região, ainda carentes de programas de formação superior, fato que tem levado a população estudantil a procurar grandes centros, distantes de sua residência e que, além dos transtornos que acarretam, ainda implicam em gastos extras, muitas vezes incompatíveis com o poder aquisitivo da comunidade.

A partir da formalização do credenciamento do IBES, por meio da Portaria MEC nº 862, publicada no D.O.U. de 27 de março de 2002, a Instituição fez seu ingresso na educação superior, instalando-se em Salvador/BA, com a oferta dos seguintes Programas de Graduação: Administração com habilitações em Administração de Empresas e Marketing, autorizados pela Portaria MEC nº 865, publicada no D.O.U. de 27 de março de 2002; Administração com habilitações em Gestão de Sistemas de Informação, Comércio Exterior, Gestão Hoteleira e Recursos Humanos, autorizados pela Portaria MEC nº 2.380, publicada no D.O.U. de 26 de agosto de 2002; Ciências Contábeis, autorizado pela Portaria MEC nº 1.057, publicada no D.O.U. de 11 de abril de 2002; Ciência da Computação, autorizado pela Portaria MEC nº 3.955, publicada no D.O.U. de 31 de dezembro de 2002; Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, autorizado pela Portaria MEC nº 864, publicada no D.O.U. de 27 de março de 2002; Direito, autorizado pela Portaria MEC nº 3.857, publicada no D.O.U. de 27 de dezembro de 2002; Fisioterapia, autorizado pela Portaria MEC nº 4.054, publicada no D.O.U. de 31 de dezembro de 2002; Turismo, autorizado pela Portaria MEC nº 863, publicada no D.O.U. de 27 de março de 2002; Enfermagem, autorizada pela Portaria MEC nº 360 de 10 de junho de 2014, Serviço Social autorizado pela portaria do MEC de 02 de julho de 2014 Farmácia autorizada pela portaria do MEC nº 599 de 29 de outubro de 2014.

O IBES conta também com os seguintes cursos superiores de tecnologia: Comunicação para Web, autorizado pela Portaria MEC nº 3.700, publicada no

D.O.U. de 17 de novembro de 2004; Multimídia, autorizado pela Portaria MEC nº 4.233, publicada no D.O.U. de 22 de dezembro de 2004; Comunicação e Ilustração Digital, autorizado pela Portaria MEC nº 3.699, publicada no D.O.U. de 17 de novembro de 2004; Produção Gráfica Digital, autorizado pela Portaria MEC nº 933, publicada no D.O.U. de 05 de abril de 2004 e Comunicação Empresarial, autorizado pela Portaria MEC nº 3.702, publicada no D.O.U. de 17 de novembro de 2004, na área de comunicação, na área de gestão, Gerenciamento de Redes de Computadores, autorizado pela Portaria MEC nº 939, publicada no D.O.U. de 05 de abril de 2004; Gestão de Empreendimentos Esportivos, autorizado pela Portaria MEC nº 935, publicada no D.O.U. de 05 de abril de 2004 e Estética e Cosmética autorizada pela portaria do MEC nº 398 de 29 de maio de 2015, Gestão de Sistemas de Informação autorizado pela Portaria nº 937, publicada no DOU em 05 de abril de 2004; Gestão de Comércio Exterior autorizado pela Portaria nº 88, publicada no DOU em 14 de janeiro de 2004; Gestão Hospitalar autorizado pela Portaria nº 3.704, publicada no DOU em 17 de novembro de 2004; Turismo Receptivo autorizado pela Portaria nº 3.701, publicada no DOU em 17 de novembro de 2004); Gestão de Empreendimentos Esportivos autorizado pela Portaria nº 935, publicada no DOU em 05 de abril de 2004); Gestão de Marketing autorizado pela Portaria nº 86, publicada no DOU em 14 de janeiro de 2004); Gestão Mercadológica (autorizado pela Portaria nº 938, publicada no DOU em 05 de abril de 2004; Eventos (autorizado pela Portaria nº 3.703, publicada no DOU em 17 de novembro de 2004); Gestão Empreendedora autorizado pela Portaria nº 932, publicada no DOU em 05 de abril de 2004); e Gestão de Recursos Humanos autorizado pela Portaria nº 85, publicada no DOU em 14 de janeiro de 2004.

O quadro 2 a seguir mostra a inserção e evolução dos cursos desde o início das atividades do IBES, em conformidade com o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.

Quadro 2: Autorização e Reconhecimento

CURSOS	AUTORIZAÇÃO		RECONHECIMENTO		VAGAS	ALUNOS 2014	ALUNOS 2015
	DATA	PORTARIA	DATA	PORTARIA			
Administração	27/03/2002 SESU/MEC	865 de 22/03/2002	19/12/2013 DIREG/MEC	705 DE 18/12/2013.	400	105	68
Ciência da Computação	31/12/2002 1277/2002 DEPES/SESu	3.955 de 30/12/2002	06/02/2014 DIREG/MEC	42 DE 05/02/2014.	100	24	17
Ciências Contábeis	11/04/2002 SESu	1057 de 09/04/2002	04/08/2011 SESU/MEC	314 DE 02/08/2011	150	42	18
Comunicação Social (PP)	27/03/2002 SeSu	864 de 22/03/2002	19/12/2013 DIREG/MEC	705 DE 18/12/2013.	100	23	23
Direito	27/12/2002 CES/CNE	3.857 de 26/12/2002	28/03/2012 SESU/MEC	29 DE 26/03/2012.	100	202	188
Enfermagem	11/06/2014 DIREG/MEC	360 DE 10/06/2014.			50	0	23

Farmácia	29/10/2014 DIREG/MEC	599 de 29/10/2014.			50	0	0
Fisioterapia	31/12/2002 DEPES/SESu	4.054 de 30/12/2002	06/11/2006 SESU/MEC	856 DE 01/11/2006	40	67	64
Serviço Social	02/07/2014 DIREG/MEC	362 de 02/07/2014.			100	0	0
Turismo	27/03/2002 SESu	863 de 22/03/2002	01/03/2006 SESu	577 de 23/02/2006	150	0	0
Comunicação e Ilustração digital	17/11/2004 SETEC	3.699 de 16/11/2004			100	0	0
Comunicação Empresarial	17/11/2004 SETEC	3.702 de 16/11/2004			100	0	0
Comunicação para Web	17/11/2004 SETEC	3.700 de 16/11/2004			100	0	0
Estética e Cosmética	29/05/2015 DIREG/MEC	398 de 29/05/2015.			50	0	0
Gestão de Emp. Esportivos	05/04/2004 SEMTEC	935 de 01/04/2004			100	0	0
Multimídia	22/12/2004 SETEC	4.233 de 21/12/2004			100	0	0
Produção Gráfica	05/04/2004 SEMTEC	933 de 01/04/2004			100	0	0
Redes de Computadores	05/04/2004 SEMTEC	939 de 01/04/2004	11/12/2013 DIREG/MEC	648 DE 10/12/2013.	100	22	4
Análise e desenvolvimento de sistemas	05/04/2004 SEMTEC	937 DE 01/04/2004	09/09/2008 DIREG/MEC	425 DE 08/09/2008	100		
Gestão de empreendimentos esportivos	05/04/2004 SEMTEC	935 DE 01/04/2004			100		
Gestão de recursos humanos	14/01/2004 SEMTEC	85 DE 12/01/2004*	05/09/2008 DIREG/MEC	413 DE 04/09/2008	100		
Gestão hospitalar	17/11/2004 SETEC	3.704 DE 16/11/2004			100		
Marketing	14/01/2004 SEMTEC	86 DE 12/01/2004	09/09/2008 DIREG/MEC	423 DE 08/09/2008	100		
Turismo receptivo	17/11/2004 SEMTEC	3.701 DE 16/11/2004	19/12/2008 DIREG/MEC	541 de 17/12/2008	100		

## **Evolução da Estrutura Física**

**2002** – O IBES iniciou as atividades na Rua Luiz Portela da Silva, 628 Bairro: Itaigara, Salvador - BA

**2003** – Foi criado prédio administrativo anexo ao Prédio na Rua Luiz Portela da Silva, 628.

**2004** – Houve a locação do Imóvel na Rua Wanderley de Pinho, 527, Bairro: Itaigara, Salvador- Bahia, cujo uso para salas de aulas, agência modelo, laboratórios de Informática, laboratórios de fisioterapia, empresa Junior e o escritório de assistência jurídica e sala dos professores.

**2006** - Iniciou as atividades dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Análise e desenvolvimento de sistemas, Análise e desenvolvimento de sistemas, Gestão de recursos humanos, Gestão hospitalar, Marketing e Turismo receptivo na R. Silveira Martins, 208 - Cabula, Salvador - BA, 41150-000

**2009** - Locação e mudança das atividades dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Análise e desenvolvimento de sistemas, Análise e desenvolvimento de sistemas, Gestão de recursos humanos, Gestão hospitalar, Marketing e Turismo receptivo na Avenida Joana Angélica 1114 ao fim - lado par, 1380 - Nazaré

**2012** – Locação e mudança para novo prédio na Av. Jorge Amado, 780, Bairro: Imbuí, Salvador- Bahia

**2012** –Locação de salas no Multishop localizado a Av. Otavio Mangabeira, N. 6929, Quadra ii, Lt.1/2-Sala 202, Boca Do Rio, cujo objetivo foi a implantação da Clínica Escola e o Escritório de Assistência Jurídica com intuito de atender a população de baixa renda.

### **3. Conceitos obtidos pelo IBES nas avaliações externas institucionais e de curso**

Abaixo apresentamos o quadro dos Conceitos de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Conceito ENADE, Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC) e o Conceito Institucional (CI)



Quadro 4: Conceitos

CURSO	ENADE 2005/09	ENADE 2012	ENADE 2013	ENADE 2014	CPC	CC
Administração		3			3	3
Ciência da Computação				SC	SC	3
Ciências Contábeis		4			SC	4
Comunicação Social (PP)		3			3	4
Direito		3			3	3
Fisioterapia			3		3	3
Enfermagem						3
Redes de Computadores						3
Serviço Social						4
Turismo	SC					4
Análise e desenvolvimento de sistemas						
Gestão de empreendimentos esportivos						
Gestão de recursos humanos		4			3	3
Gestão hospitalar			4		S/C	3
Marketing					2	3
Turismo receptivo	3				2	4

#### 4. Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação- CPA, do Instituto Baiano de Ensino Superior - IBES, mantida pela Associação Unificada de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO, nos termos da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em conformidade com o estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de

abril de 2004, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria/MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004.

A proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte da premissa de contemplar um rol de medidas segundo as leis do SINAES.

Dessa forma, a proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte dos seguintes pressupostos:

- a - a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade; e
- b - a finalidade última da avaliação não é classificar nem selecionar e excluir. Seus resultados devem ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES.

A pressuposição para essa auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um estado avaliador.

#### **4.1. Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA**

A Constituição da primeira CPA foi em junho de 2004. Encaminhamento ao INEP da proposta de auto avaliação em março de 2005. Devolução pelo INEP da análise (parecer) sobre a proposta de auto avaliação das IES. 2005-2006 realização das etapas de sensibilização e desenvolvimento do processo avaliativo.

Dezembro de 2005, envio do relatório final de auto avaliação. Abril de 2006 envio do relatório de Consolidação da auto avaliação institucional, ou avaliação interna. Neste ano a avaliação foi feita de maneira experimental, enfrentando muitas dificuldades em função da novidade.

Em abril de 2008 o SINAES recomenda a continuidade do processo de auto avaliação institucional, iniciada em 2004. Ainda em abril o INEP estabelece que até 30 de novembro as IES depositassem o relatório de auto avaliação do período de setembro 2006-setembro 2008 e assim foi feito. Alguns avanços foram verificados a partir dessa avaliação, mudanças Institucionais foram implementadas no ano seguinte.

Em fevereiro de 2009 o INEP recomenda que até o dia 30 de março de cada ano as IES devem depositar no E-MEC seus relatórios de avaliação interna e assim foi feito. Esta avaliação foi mais profunda e “profissional”, gerando um rico relatório. Este relatório serviu de base para argumentar junto à Direção a respeito das melhorias sugeridas neste. Verificou-se a necessidade de aumentar a divulgação da CPA e seus resultados.

Em 2010 a CPA atingiu um número maior de contribuições e conseguiu tornar-se mais conhecida no ambiente acadêmico. Verificou -se a necessidade de aumentar o envolvimento com a comunidade, o que foi plenamente atendido em 2011. Verificou -se, ainda, a necessidade de simplificar o processo de pesquisa e tabulação dos dados, a fim de estimular a participação dos componentes da Comissão.

Em 2011 a CPA atingiu seu maior grau de maturidade tendo adotado os questionários eletrônicos simplificando a obtenção e tabulação dos dados. As questões dos formulários foram reformuladas a fim de serem mais compreendidas pelos públicos a que se destinam. Verificou-se a necessidade de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através da CPA.

Em 2012 a CPA manteve sua avaliação de forma eletrônica com uma adesão maior das pessoas. As questões dos formulários foram reformuladas dando uma maior ênfase aos aspectos relacionados à estrutura física, devido à mudança de campus. A divulgação da CPA se solidificou e as pessoas demonstram uma maior compreensão sobre o assunto.

Em 2013 a CPA teve adesão um pouco menor do que em 2012. Houve uma grande ausência de respostas por parte do curso de direito. A questão da estrutura física deixou de ter ênfase e aspectos pedagógicos ganharam relevância. A implementação de soluções advindas da CPA de 2012 foi relevante e muitas das fragilidades apontadas na avaliação anterior já não estiveram presentes nesta.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação motivada pela recomendação do MEC onde as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos. Desta maneira, todos questionários e o próprio relatório foram refeitos a fim de satisfazer a recomendação. No âmbito do relatório foi implementado quadro comparativo das potencialidades e fraquezas apontadas nas avaliações externas.

Em 2015 a CPA passou por grandes adaptações provocadas pelas Notas Técnicas 62 e 65 as quais preconizam, basicamente, a adoção do ciclo avaliativo de 3 anos, elaboração de dois relatórios parciais e um integral a cada ciclo e elaboração de RI.

Desta maneira, a Comissão decidiu aplicar os questionários mais abrangentes apenas no último ano do ciclo avaliando, nos outros dois primeiros anos apenas os resultados das avaliações externas, o PDI e os questionários perenes voltados para a comunidade atendida na Clínica Escola de Fisioterapia e Escritório de Atendimento Jurídico dos cursos de Fisioterapia e Direito, respectivamente.

### **Metodologia do Processo Avaliativo**

Em consonância com os pressupostos e justificativas apresentados, o processo avaliativo desta IES fundamentou-se nos seguintes princípios:

- a - globalidade;
- b - comparabilidade;
- c - respeito à identidade institucional;
- d - não premiação ou punição;
- e - adesão voluntária;
- f - legitimidade; e

## g – continuidade

O **princípio da globalidade** destaca a importância da avaliação da Instituição não apenas em uma de suas atividades, mas que seja objeto de permanente avaliação as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo todos os enfoques presentes na educação superior.

O **princípio da comparabilidade** recomenda o completo entendimento dos termos adotados na Avaliação Institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O **princípio da identidade institucional** é o respeito pelas características específicas das instituições.

O **princípio da não premiação ou punição** fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja o mérito à questão do punir ou do premiar. É essa função educativa que conduz ao processo de instalação da cultura da avaliação – processo que existe em uma dada realidade, em um contexto cultural que o antecede e o qual se pretende melhorar sempre.

A **adesão voluntária ao processo** de Avaliação Institucional é o princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a participação dos seus membros, nos procedimentos e na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A **legitimidade do processo** de avaliação só será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

A **continuidade** é que permite a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

Os objetivos gerais e específicos advindos de todo o processo avaliativo estão listados abaixo: .

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"><li>- avaliar a Instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional; e</li><li>- privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da Instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados;</li><li>- pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição;</li><li>- identificar as potencialidades da Instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos;</li><li>- aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;</li><li>- fortalecer as relações de cooperação entre os</li></ul>



- diversos atores institucionais;
- tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade;
- julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Somando esses objetivos às considerações do documento *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, da CONAES, a CPA desta Instituição implantou as seguintes fases avaliativas:

a – análise documental;

b – divulgação da CPA.

Desde 2014 a CPA passou por grande reformulação e as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos que a seguir no quadro abaixo.

Quadro 5: 5 Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES

<b>EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional</b>	<b>EIXO 2: Desenvolvimento Institucional</b>	<b>EIXO 3: Políticas Acadêmicas</b>	<b>EIXO 4: Políticas de Gestão</b>	<b>EIXO 5: Infraestrutura Física</b>
Considera as dimensões:  (8) Planejamento e Avaliação;  Relato Institucional	Contempla as dimensões:  (1) Missão e PDI  (3) Responsabilidade Social	Abrange as dimensões:  (2) Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão;  (4) Comunicação com a sociedade;  (9) Políticas de Atendimento aos Discentes)	Compreende as Dimensões:  (5) Políticas de Pessoal;  (6) Organização e Gestão da Instituição;  (10) Sustentabilidade Financeira	Contempla:  (7) Infraestrutura Física

## **Metodologia de Coleta de Dados**

A metodologia seguida para o desenvolvimento da Auto avaliação Institucional é de caráter científico, sendo as abordagens, de pesquisa quantitativa e qualitativa, coletadas por meio de uma série de instrumentos, tais como: questionários on line, cartazes, e-mail-marketing, visitas e análise documental.

Para a coleta dos dados são utilizados recursos tecnológicos usando o formulário do Drive no Google, visando assim proporcionar maior confiabilidade e agilidade na coleta e na apuração dos dados.

Além dos questionários, usamos os relatórios das avaliações externas, formulário de atendimento da Secretaria, formulário de atendimento da sociedade na Clínica Escola e no Escritório de Assistência Jurídica, Ouvidoria e avaliação docente.

## CPA X PDI

O trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como objetivo promover melhoras do ensino e da aprendizagem. Para tanto utiliza a avaliação como instrumento. Desta forma, procura contribuir com a gestão acadêmica, indicando caminhos e revendo processos.

A Avaliação Institucional é uma prática instituída no **IBES**, que acompanha criteriosamente o desenvolvimento de suas atividades. Essa proposta de avaliação está comprometida com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), estando direcionada para: 1) a melhoria da qualidade do ensino, da extensão e da gestão institucional; 2) para a orientação da expansão da oferta de seus cursos; 3) para afirmação da identidade institucional; 4) contribuir para a comunidade na qual está inserida considerando especialmente ações de responsabilidade social, levando em conta todas as variáveis que estejam relacionadas com o bom andamento desta Instituição.

A noção de qualidade está presente em cada passo planejado pela Instituição que busca a eficiência de todos os processos educacionais e administrativos. É dentro desse contexto que se institui a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o principal objetivo de promover a melhoria do ensino e da aprendizagem usando a avaliação como agente modificador. A Missão do **IBES**, o seu propósito e suas metas determinam que haja também uma preocupação constante com a formação integral do ser humano, enfatizando o exercício pleno da cidadania.

A auto avaliação institucional abrange as funções do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, enfocando os processos pedagógicos, científicos, sociais, técnicos e administrativos que se estabelecem por meio das relações sociais constitutivas da dinâmica da vida institucional. O que se pretende é analisar a coerência entre o que a Instituição faz e o que se propõe a fazer por meio do PDI na sua missão (compromissos, vocação, inserção regional e nacional) e finalidades.

A auto avaliação institucional, realizada de forma permanente e com resultados a serem apresentados a cada três anos, avaliará todos os aspectos que giram em torno dos 5 eixos. As informações obtidas com esta modalidade avaliativa serão utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, para orientar suas políticas acadêmicas e de gestão e para desvelar à realidade dos cursos e da própria IES.





## Melhorias Consolidadas da CPA 2013/2014

### Eixo 1

2013	2014
<p>Sensibilização envolvendo o maior número possível de discentes, tentando desenvolver o interesse e a cultura pela auto avaliação. Estimular pessoalmente através das coordenações de curso o preenchimento dos questionários eletrônicos por parte dos discentes.</p>	<p>- Sensibilização envolvendo o maior número possível de discentes, tentando desenvolver o interesse e a cultura pela auto avaliação. - Estimular pessoalmente através das coordenações de curso o preenchimento dos questionários eletrônicos por parte dos discentes. - Passar a divulgar através do Facebook da Faculdade campanha de motivação. - Divulgar a CPA e seus resultados através de e-mail mkt e no portal dos professores. - Divulgar a CPA e seus resultados através de e-mail mkt, rede social, e coordenadores em sala de aula. - Elaborar pequenos textos de ajuda que expliquem cada questão no formulário dos discentes a fim de diminuir os erros de interpretação.</p>

**Eixo 2**

<b>2013</b>	<b>2014</b>
<p>Maior divulgação do PDI e do organograma, documentos que norteiam a vida da Instituição junto aos discentes através das coordenações de curso e site institucional. Manter suspensas as implementações de novos cursos até que o mercado permita a realização do planejado no PDI.</p> <p>Desenvolver juntamente com o NDE e corpo docente projetos artísticos, culturais e científicos voltados para publicação.</p>	<p>- Divulgar as atividades realizadas junto à sociedade civil como forma de informar e criar maior engajamento entre os discentes. - Inserir nos cursos a cultura da iniciação à pesquisa, onde for possível.</p>

### Eixo 3

2013	2014
<p>- Continuar a estimular e cobrar atividades dos NDE´s definindo metas e prazos. Divulgação da proposta do NDE bem como sua atuação nos cursos junto aos docentes e discentes através de email mkt e reuniões específicas para esse fim, encabeçadas pelas coordenações de curso. Esclarecer aos discentes a respeito da tipificação das atividades de extensão deixando claro em suas mentes a correlação entre as atividade normalmente oferecidas por cada curso ao longo do semestre e a nomenclatura pela qual são reconhecidas diante do MEC.</p> <p>Sugerir à mantenedora reformulação das aulas de EAD a fim de tornalas mais interessantes e didáticas.</p> <p>Inovação do site para que venda mais a Instituição. Apostar em mensagens publicitárias de cunho institucional para divulgar a qualidade da Instituição e não apenas nas épocas de vestibular. Divulgar a ouvidoria presencial e seus canais entre o público discente.</p>	<p>- Sugerir à mantenedora reformulação das aulas de EAD a fim de torná-las mais interessantes e didáticas.</p> <p>- Reestudar a forma de comunicar com o mercado, dando mais ênfase à qualidade e menos aos valores de mensalidade.</p> <p>- Divulgar através dos coordenadores de curso, e-mail marketing e rede social o que é e como funciona a Ouvidoria.</p>

**Eixo 4**

<b>2013</b>	<b>2014</b>
<p>- Continuar com a política melhoria do atendimento da secretaria, como vem sendo feito desde 2010. Reuniões mensais com pessoal dos laboratórios de informática para melhorar o atendimento.</p> <p>- --.</p> <p>Contratação de mais um funcionário para o Departamento Pessoal, a fim de atender no período noturno. Implementação de benefícios como tíquete alimentação e reforma da política de salários. Aumento do número das bolsas concedidas ao corpo técnico administrativo.</p> <p>Conscientizar e estimular o corpo docente a organizar-se a fim de criar o DA da Instituição</p> <p>Adoção de novas estratégias de marketing.</p>	<p>- Analisar necessidade de treinamento e/ou rodízio de funcionários no setor de auxiliares de coordenação.</p> <p>- Continuar com a política de treinamento e avaliação contínua dos funcionários da secretaria. - Implementação de benefícios como tíquete alimentação e reforma da política de salários.</p> <p>- Requerer junto à mantenedora concessão de bolsas para aperfeiçoamento em maior número do vem sendo feito.</p> <p>- Conscientizar e estimular o corpo docente a organizar-se a fim de criar o DA da Instituição através das coordenações de curso. - Adoção de novas estratégias de marketing e abertura de novos cursos que tenham maior demanda por parte do mercado.</p>

**Eixo 5**

<b>2013</b>	<b>2014</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Estudar junto a terceirizada da cantina a possibilidade de adotar preços mais razoáveis. - Adquirir mais aparelhos de Datashow.</li><li>- Atualizar software antivírus e sistemas operacionais dos computadores dos laboratórios e setores administrativos.</li><li>- Reformulação do espaço da biblioteca a fim de oferecer mesa para estudos.</li><li>- Estudar junto à mantenedora a possibilidade de adquirir número de exemplares por título acima do que preconiza o MEC.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estudar junto à xerox terceirizada a possibilidade de adotar preços mais razoáveis e melhorar a qualidade do atendimento e organização das pastas e materiais dos professores. - Estudar junto à cantina terceirizada a possibilidade de adotar preços mais razoáveis. - Divulgar de maneira mais evidente entre o corpo docente o sistema de reserva antecipada de equipamentos para que não haja mais observações quanto à quantidade de data shows. - Verificar e solucionar os problemas do laboratório de informática 01. - Estudar a possibilidade de fretar van que faça o transporte dos alunos do Campus até a Av. Paralela e Orla. - Continuar insistindo junto à Prefeitura para que mais linhas de ônibus sejam disponibilizadas na área, como já vem sendo feito desde 2012. - Insistir junto à mantenedora por uma solução que proporcione vestiário para os funcionários.</li></ul>